

CONCESSIONÁRIA MOBILIDADE ANHANGUERA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

CONCESSIONÁRIA MOBILIDADE ANHANGUERA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

# Relatório da Administração

A Administração da Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

## **Mensagem da Administração**

Com o não atendimento por parte do Poder Concedente das condições para eficácia do Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada, assinado em 31 de março de 2014 ("Contrato") e tendo em vista o insucesso na busca de potenciais investidores para a Companhia, a Administração, em conjunto com o acionista controlador OTP Mobilidade S.A. pretendem iniciar os procedimentos para a rescisão e devolução do Contrato, com pedido de reembolso dos valores dispendidos no PMI.

\* \* \*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.  
Goiânia - GO

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 6 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia assinou contrato de Parceria Público-Privada ("PPP") para prestação de serviços, incluindo implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos - VLT, contendo condições de eficácia que não foram cumpridas pelo Poder Concedente, o que impossibilitou a obtenção dos recursos necessários para a execução do projeto. A Administração da Companhia está avaliando eventual rescisão do Contrato de PPP. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023.

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

## Balço patrimonial em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa	-	38	14	Fornecedores	-	21	44
Tributos a recuperar	-	10	9	Tributos a pagar	-	2	2
Outros ativos	-	2	58	Adiantamentos recebidos	-	45	-
<b>Ativo circulante</b>		<b>50</b>	<b>81</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>68</b>	<b>46</b>
Custos antecipados de construção	6	8.966	8.966	Partes relacionadas	8	8.818	8.818
Imobilizado	7	9	15	<b>Passivo não circulante</b>		<b>8.818</b>	<b>8.818</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>8.975</b>	<b>8.981</b>				
 				<b>Total do passivo</b>		<b>8.886</b>	<b>8.864</b>
				Capital social	9	14.485	14.485
				Prejuízos acumulados	-	(14.346)	(14.287)
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>139</b>	<b>198</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9.025</b>	<b>9.062</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>9.025</b>	<b>9.062</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

## Demonstração dos resultados

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Operações continuadas</b>			
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	10	(106)	(170)
Outras receitas e despesas, líquidas	10	<u>46</u>	<u>56</u>
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b><u>(60)</u></b>	<b><u>(114)</u></b>
Resultado financeiro, líquido	-	1	2
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b><u>(59)</u></b>	<b><u>(112)</u></b>
<b>Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$ por ação)</b>	11	<b><u>(4,09)</u></b>	<b><u>(7,76)</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

## Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	(59)	(112)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(59)</u></b>	<b><u>(112)</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>65.000</b>	<b>(50.581)</b>	<b>(14.175)</b>	<b>244</b>
Integralização de capital social	-	66	-	66
Prejuízo do exercício	-	-	(112)	(112)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>65.000</b>	<b>(50.515)</b>	<b>(14.287)</b>	<b>198</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(59)	(59)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>65.000</b>	<b>(50.515)</b>	<b>(14.346)</b>	<b>139</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(59)</b>	<b>(112)</b>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	6	5
	<b>(53)</b>	<b>(107)</b>
<b>Varição dos ativos e passivos</b>		
Tributos a recuperar	(1)	4
Outros ativos	56	(56)
Fornecedores	(23)	(13)
Tributos a pagar	-	(1)
Adiantamentos recebidos	45	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>24</b>	<b>(173)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital social	-	66
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>66</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24</b>	<b>(107)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	121
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	38	14
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24</b>	<b>(107)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Informações gerais

A Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“Companhia” ou “VLT GO”), com sede na Cidade Goiânia no Estado de Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 04 de fevereiro de 2014 que tem como objeto social específica e exclusivamente a construção, manutenção e operação do sistema VLT do eixo Anhanguera, localizado na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás (“Sistema VLT”).

Em 31 de março de 2014, a Companhia assinou o contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”) na modalidade Concessão Patrocinada entre o Estado de Goiás, vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos para prestação de serviços, incluindo implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos – VLT, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos. No entanto, o Contrato de PPP estabeleceu diversas condições de eficácia que não foram cumpridas pelo Poder Concedente, destacando-se a não celebração de contrato de administração de recursos e para obtenção das garantias necessárias ao financiamento do projeto e a falta de liberação de recursos do orçamento geral da União destinados à contribuição dos aportes públicos a serem realizados pelo Poder Concedente. Com isso, o contrato permanece ineficaz, motivo pelo qual a Administração vinha buscando potenciais investidores.

Nesse contexto, a OTP Mobilidade S.A. (“OM”), acionista controlador da VLT GO, assinou, em 17 de janeiro de 2022, um acordo comercial com a OECI S.A. (“OECI”), a qual se comprometeu a prospectar investidores para a VLTGO. Nesse acordo foi previsto também que a OECI assumiria a responsabilidade pelos custos administrativos de manutenção da Companhia relativos ao período de 12 meses, mediante reembolso de despesas. Com isso, o VLT GO recebeu da OECI, em 02 de fevereiro de 2022, um adiantamento no montante de R\$ 150, a ser utilizado na compensação das suas despesas correntes.

Todavia, não houve evolução nesse processo, de modo que a Companhia, em conjunto com a OM, estão avaliando eventual rescisão e devolução do Contrato de PPP, nos termos descritos na nota explicativa nº 6.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OM e de forma indireta pela OTP S.A. (“OTP”), a qual é controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

Em 17 de junho de 2019, a Novonor, juntamente com sua controladora direta ODBINV S.A., sua controladora indireta Kieppe Participações e Administração Ltda. e mais 18 empresas de seu grupo econômico, não incluindo a VLT GO, protocolaram pedidos de Recuperação Judicial. Posteriormente, exceto quanto a uma das empresas, que solicitou desistência do pedido, após acordo firmado com os seus credores, todos os pedidos foram aprovados e homologados.

### a) Ações do Ministério Público, Governança e Compliance

A Companhia possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Sistema este que foi monitorado e certificado pelas autoridades nacionais e internacionais, em função dos acordos de leniência firmados por sua controladora indireta – Novonor.

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 2. Resumo das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, o qual é ajustado para refletir a mensuração do valor justo, quando requerido.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nestas demonstrações contábeis são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

### 2.3. Custos antecipados de construção

Considera o custo histórico e compreende custos incorridos com o Procedimento de Manifestação de Interesse ("PMI"), que resultou na preparação dos estudos e projetos necessários a realização da licitação, que deverão ser reembolsados para Companhia, quando integrar o custo de construção, que será base para constituição da receita de construção do projeto, conforme edital de licitação.

### 2.4. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, conforme segue:

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) – A partir de 1º de janeiro de 2023;
- IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º de janeiro de 2023;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e *IFRS Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8);

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Imposto diferido relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32/IAS 12)
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16)
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) e;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 11.)

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas.

#### a) Provisão para perdas no valor recuperável de ativos não financeiros (“*Impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço e no cálculo do valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicativos de perdas em seus ativos.

### 4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de liquidez e risco de crédito. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados.

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## a) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e créditos a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger o patrimônio da Companhia.

### (i) Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

### (ii) Risco de mercado

Atualmente, a Companhia está exposta ao risco de variação de índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas operacionais.

### (iii) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o seu respectivo Patrimônio Líquido.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>			
Caixa e equivalente de caixa	-	38	14
Custos antecipados de construção	6	8.966	8.966
		<b>9.004</b>	<b>8.980</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>			
Fornecedores	-	21	44
Partes relacionadas	8	8.818	8.818
		<b>8.839</b>	<b>8.862</b>

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Custos antecipados de construção

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 8.966 (2021 – R\$ 8.966) se refere a custos e taxas antecipadas decorrentes de obrigações do processo licitatório. Estes custos são obrigatórios para eficácia do contrato de concessão.

Esses custos serão reembolsados pelo Poder Concedente, mediante comprovação, em razão dos dispêndios incorridos no contexto do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI que resultou na preparação dos estudos e projetos necessários ao processo licitatório, bem como dos custos com sua análise. O reembolso está previsto de forma explícita no edital de licitação e segue ao disposto no Decreto Estadual nº 7.334, de 13 de maio de 2011.

## 7. Imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos de Informática	Móveis e utensílios	Total do ativo imobilizado
Custo	17	46	57	120
Depreciação acumulada	(17)	(46)	(42)	(105)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
Depreciação	-	-	(6)	(6)
<b>Movimentação do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>(6)</b>
Custo	17	46	57	120
Depreciação acumulada	(17)	(46)	(48)	(111)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>9</b>

## 8. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 8.818 (2021 – R\$ 8.818) se refere aos reembolsos a serem realizados pela Companhia aos seus acionistas em decorrência dos dispêndios incorridos no contexto do PMI, a ser ressarcidos pelo Poder Concedente, conforme descrito na Nota 6. O reembolso dos valores pagos pelos acionistas é obrigatório, conforme previsão no Edital de Licitação Internacional nº 01/2013.

Em 28 de maio de 2019, as acionistas OTP e OM cederam seus créditos a receber para a Zania Participações S.A. (“Zania”), empresa controlada pela Guarana Urban Mobility Incorporated (“GUMI”), acionista indireta da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha saldo a pagar conforme apresentado a seguir:

	2022	2021
SITPAR Participações S.A.	2.427	2.427
Zania	6.391	6.391
	<b>8.818</b>	<b>8.818</b>

## 9. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia, no montante de R\$ 65.000, está representado por 65.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma.

A composição acionária é a seguinte:

# Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital subscrito	Capital integralizado	Capital a integralizar	Ações nominativas	Participação
OM	58.500	13.036	45.464	58.500.000	90%
SITPAR	6.500	1.449	5.051	6.500.000	10%
	<b>65.000</b>	<b>14.485</b>	<b>50.515</b>	<b>65.000.000</b>	<b>100%</b>

## 10. Gastos por natureza

	2022	2021
Depreciação	(6)	(5)
Serviços de terceiros	(89)	(165)
Tributos federais	(11)	-
Reembolso de despesas (*)	49	56
Outras despesas	(3)	-
	<b>(60)</b>	<b>(114)</b>
<b>Classificadas por função</b>		
Gerais e administrativas	(106)	(170)
Outras receitas e despesas, líquidas	46	56
	<b>(60)</b>	<b>(114)</b>

(\*) Valor de reembolso das despesas, nos termos do acordo comercial entre a OM e a OECl, mencionado na Nota 1.

## 11. Prejuízo por ação

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias integralizadas e em circulação, durante cada exercício social.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2022	2021
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações	(59)	(112)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	14.435	14.435
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em reais por lote de mil ações)	<b>(4,09)</b>	<b>(7,76)</b>

## 12. Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”)

Em 8 de fevereiro de 2023, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos a partir do pronunciamento do STF em sentido contrário (não houve modulação dos efeitos).

Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final, transitada em julgada, de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão posterior contrária do STF, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento desde que respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal.

Uma vez que a Companhia, historicamente não possui processos tributários a mesma não foi afetada pela decisão do STF.

\* \* \*